Revista Gestão em Conhecimento
ISSN 2594-9020

CC BY

Administração e sociedade: uma análise quanto às relações estabelecidas pelas instituições de poder e a garantia de liberdade baseada nos direitos civis e políticos em cenários internacionais

Administration and society: an analysis as to the relationships established by the institutions of power and the guarantee of freedom based on civil and political rights in international

Almir Gabriel da Silva Fonseca[1]*
Gabriel Eidelwein Silveira[1]

[1] Universidade Federal do Piauí – UFPI

*** Autor correspondente:**
E-mail: almirsilvagabriel@gmail.com

RESUMO: Neste presente artigo iremos estudar a relação entre os direitos civis e políticos e o tipo ideal do Estado Liberal de Direito. Segundo a concepção do filósofo Rousseau, o Estado é equiparado a uma pessoa, um corpo social em que se concretiza a vontade comum, ou seja, a vontade verdadeira e substancial de todos, contra a qual não podem prevalecer pretensões transviadas por motivos acidentais. Para tanto, analisaremos também os níveis de liberdade, no que se refere aos direitos civis e políticos, dos EUA, França e Inglaterra como base no estudo Freedom In The World – Liberdade no Mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Direito administrativo; Sociologia aplicada à administração, Direitos humanos.

ABSTRACT: In this article we will study the relationship between civil and political rights and the ideal type of Liberal Rule of Law. According to the philosopher Rousseau's conception, the State is assimilated to a person, a social body in which the common will materializes, that is, the true and substantial will of all, against which accidental claims cannot prevail. To this end, we will also analyze the levels of freedom, with regard to civil and political rights, from the USA, France and England as a basis in the study Freedom In The World - Freedom in the World.

KEYWORDS: Administrative law; Sociology applied to administration, Human rights.

1 Introdução

Todos os Direitos Humanos, em suas condições de Direitos Fundamentais, devem ser tutelados pelo Estado, por meio de preceitos constitucionais e, para tanto, precisam ser consagrados e garantidos sem discriminação (MOTTA, 2013). O Estado de Direito surge como um conceito, pelo qual propõe a limitação do poder do estado por intermédio do direito. Streck e Morais (2000) introduzem que a ideia de Estado de Direito carrega em si a prescrição da supremacia da lei sobre a administração, ou seja, a autolimitação do Estado pelo Direito. Acrescentam ainda que o Estado de Direito é, também, uma concepção de fundo acerca das liberdades públicas, da democracia e do papel do Estado, o que constitui o fundamento subjacente da ordem jurídica.

Desta forma, partindo desta perspectiva, o Estado de Direito se coloca também como Liberal, Social e democrático, seguindo a ordem jurídica que o deu origem.

Nesta presente artigo iremos trabalhar a relação entre os direitos civis e políticos e o tipo ideal do Estado Liberal de Direito. Segundo a concepção do filósofo Rousseau, o Estado é equiparado a uma pessoa, um corpo social em que se concretiza a vontade comum, ou seja, a vontade verdadeira e substancial de todos, contra a qual não podem prevalecer pretensões transviadas por motivos acidentais. Para tanto, analisaremos também os níveis de liberdade, no que se refere aos direitos civis e políticos, dos EUA, França e Inglaterra como base o estudo Freedom In The World – Liberdade no Mundo.

O Estado Liberal de Direito traz na sua essência a ideia de garantia dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos atuantes na sociedade, frente a eventual atuação do estado, onde este, por sua vez, não deve se sobressair como soberano atingindo as pretensões individuais da população. Reale (2000) enfatiza o fato de que o Direito não obedece em seu desenvolvimento, a um processo mecânico, no qual o Poder representa o elemento de ligação entre a ideia ou o sentimento de Direito e a regra jurídica em todos os seus graus de positividade, nem tampouco se subordina a um processo lógico, no qual o Poder significa o fio da coerência íntima do sistema.

Mediante esta perspectiva, além de iniciarmos estabelecendo uma noção de cidadania no contexto do constitucionalismo liberal, analisaremos também as relações entre as instituições – Monarquia (no caso da Inglaterra), Governo e Parlamento - que se constituem principalmente na Inglaterra, França e Estados Unidos da América. Países estes que possuem aspectos liberais, possibilitando um melhor entendimento da abordagem principal feita por este presente trabalho. Além de analisar e discorrer acerca dos graus de liberdades constituídos em cada um destes países, tomando como base o estudo Freedom In The World – Liberdade no Mundo – que trata-se de um estudo de nível global promovido por um grupo de pesquisadores independentes que possuem como objetivo avaliar os direitos políticos e as liberdades civis do mundo.

2 Noção de cidadania no contexto do constitucionalismo liberal

O processo "civilizatório", descrito por BARROSO (2018), nos remete ao surgimento das leis morais e jurídicas que permeiam a sociedade, protegendo os interesses e a propriedade tanto da população quanto do estado. Mas que, porém, tornou-se um caminho escuro que encontrou a luz face à Ciência do Direito, que permitiu o surgimento de um ideal chamado "constitucionalismo" à anos a.c. nos grandes centros civilizados do oriente, onde ainda no século XVII se consolida no ocidente, até então se mostrando pouco robusto, mas que ganha força com o passar dos anos, trazendo como primazia a correção e limitação do poder conferido ao Estado, por intermédio de leis específicas, pré-estabelecidas em uma chamada constituição legítima.

Este constitucionalismo, equiparado aos conceitos de democracia, possibilita e permite a atuação e participação dos cidadãos nos assuntos pertinentes aos interesses públicos, tornando assim concreto, o exercer da cidadania, que por sua vez é conceituada como um conjunto de direitos e deveres civis, sociais e políticos, que cada cidadão – indivíduo que vive em sociedade- deve exercer, significa também conscientizar-se de seus direitos e deveres para lutar para que a justiça possa ser colocada e prática.

A partir desta análise da noção de cidadania no contexto do constitucionalismo liberal, podemos agora aprofundar este debate, relacionando a primeira geração dos direitos humanos constitucionalizada ao tipo ideal de estado liberal.

3 Os direitos fundamentais e o tipo ideal do Estado liberal

Partindo do contexto do Estado Moderno, que surge no início do século XVI, tendo como marco inicial o fim da idade média e as ruínas do feudalismo, há um conflito iminente que provoca a separação progressiva do poder secular com o poder religioso dominante da época, poder este que legitimava a soberania da monarquia e o poder absolutista da coroa, diante da Revolução Inglesa, essa então citada soberania se transfere para o parlamento, segundo BARROSO (2018), diante também das Revoluções Francesa e Americana, o poder soberano passa nominalmente para a nação – nação está retratada com relação ao coletivo composto pelos próprios povos nativos - que com o passar do tempo iria democratizar-se. Possibilidade esta, efetivada a partir da criação da assembleia nacional constituinte.

De acordo com o fato ocasionado mediante as revoluções liberais, ocorridas com o intuito de criar uma esfera composta pelos direitos dos indivíduos onde o Estado não poderia tocar, dando origem desta forma aos direitos de primeira geração, também chamados de liberdades públicas, onde o indivíduo passou a ter direitos considerados intocáveis pelo Estado. Os chamados documentos comprobatórios desses direitos de primeira

geração são as constituições, que preconizavam as liberdades públicas, de 1787 (EUA) e 1791 (França), mais precisamente no período tido como pós-revolução francesa no que se refere à declaração dos direitos fundamentais e na Inglaterra a Bill of Rights. Dentre os exemplos que podemos citar estão as liberdade de expressão, liberdade religiosa e liberdade para ir e vir.

ROUSSEAU Apud REALE (2000), conclui que;

> A lei é a expressão da vontade geral, isto é, da soberania, que é a própria essência do corpo político e representa a vontade real de todos acima das divergências brotadas de falsas interpretações das necessidades coletivas.

O Parlamento, tendo poder soberano que antes era constituído ao rei, pode por competência formular, criar e pôr em prática políticas públicas e leis consideradas de cunho fundamental, que promovam um bem estar social comum a todos, estabelecendo assim uma relação construtiva no que diz respeito aos Direitos Fundamentais e o tipo ideal de Estado Liberal de Direito.

4 *Freedom in the world* – Liberdade no mundo - Metodologia de avaliação

O relatório Liberdade no Mundo trata-se de um estudo a nível global o qual é realizado anualmente, tratando sobre direitos políticos e liberdades civis. O mesmo faz-se composto por classificações numéricas e textos descritivos para cada país e um grupo seleto de territórios. A presente edição do ano de 2020 abrange exatos 195 países e 15 territórios, desenvolvido entre o período de tempo compreendido de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

A metodologia utilizada para a elaboração do relatório baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1948. A Freedom in the World baseia-se também na premissa de que esses padrões se aplicam a todos os países e territórios pesquisados, independentemente da localização geográfica, etnia, composição religiosa ou nível de desenvolvimento econômico. O relatório Liberdade no Mundo opera ainda a partir do pressuposto de que a liberdade é fundamental para todas as pessoas, e, é melhor alcançada nas sociedades democráticas liberais.

De maneira sucinta, a Freedom in the World avalia os direitos e liberdades do mundo, usufruídos pelos indivíduos, em vez dos governos ou do desempenho e ações do governo em si. A equipe pesquisadora não acredita que garantias legais de direitos sejam suficientes para o cumprimento local desses direitos, mas atrelados a isso estão também às leis e práticas reais que são levadas em consideração nas decisões de pontuação. Já os territórios são selecionados para a avaliação de liberdade com base principalmente nos seguintes critérios: se as condições de direitos políticos e liberdades civis são significativamente diferentes daquelas no restante país ou países relevantes; se o território está sujeito a pressões populares ou diplomáticas por autonomia, independência ou incorporação em outro país; se os limites do território são suficientemente estáveis para permitir uma avaliação das condições para o ano em análise e se é esperado que se mantenham estáveis nos próximos anos, para que sejam possíveis comparações ano a ano; e se o território é grande e / ou politicamente significativo.

Tratando sobre os critérios de pontuação tem-se que, um país ou território recebe 0 a 4 pontos para cada um dos 10 indicadores de direitos políticos e 15 indicadores de liberdade civil, que assumem a forma de perguntas; uma pontuação de 0 representa o menor grau de liberdade e 4 o maior grau de liberdade.

O quadro abaixo explica melhor os critérios de pontuação e a análise realizada a partir da tabulação dos mesmos.

5 O Estado liberal inglês

Na Inglaterra são lançadas as bases do Constitucionalismo Moderno, ao longo do século XVII. Em meio a momentos de grandes conflitos institucionais entre a monarquia absolutista e a aristocracia parlamentar.

Direitos Políticos	Estão agrupadas em três subcategorias: Processo Eleitoral (3 perguntas), Pluralismo e Participação Política (4) e Funcionamento do Governo (3).
Liberdade Civil	São agrupadas em quatro subcategorias: Liberdade de Expressão e Crença (4 perguntas), Direitos Associativos e Organizacionais (3), Estado de Direito (4) e Autonomia Pessoal e Direitos Individuais (4).
A pontuação geral mais alta que pode ser concedida por direitos políticos é 40 (ou uma pontuação de 4 para cada uma das 10 perguntas). A pontuação geral mais alta que pode ser concedida pelas liberdades civis é 60 (ou uma pontuação de 4 para cada uma das 15 perguntas). As pontuações da edição anterior são usadas como referência para o ano em análise. Uma pontuação normalmente é alterada apenas se houver um desenvolvimento no mundo real durante o ano que justifique um declínio ou melhoria (por exemplo, uma repressão à mídia, as primeiras eleições livres e justas do país), apesar de mudanças graduais nas condições - nas ausência de um evento de sinal - ocasionalmente são registrados nas pontuações.	
Status: Livre, Parcialmente Livre, Não Livre - A combinação da pontuação geral concedida por direitos políticos e a pontuação geral concedida às liberdades civis, após ser igualmente ponderada, determina o status de Livre, Parcialmente Livre ou Não Livre (consulte a tabela abaixo).	

COMPARATO (2010) descreve que:

> Reunidos por sua própria iniciativa, o parlamento declarou então vago o trono da Inglaterra, e decidiu operar uma mudança dinástica. A coroa foi oferecida, conjuntamente, ao Príncipe de Orange e à sua mulher, Maria de Stuart, filha mais velha de Jaime II, a qual professava a religião protestante. Os novos soberanos tomaram os nomes de Guilherme III e Maria II, após aceitarem sua integralidade, uma Declaração de Direitos (Bill of Rights) votada pelo Parlamento, a qual passou a constituir uma das Leis Fundamentais do reino.

Então, o chamado Constitucionalismo Liberal ganha força, promovendo ainda alguns conflitos entre o rei e o parlamento, em virtude do poder que antes era conferido a Coroa, mas que agora foi tirada e moldada para às novas bases dirigentes. BARROSO (2018) acrescenta:

> Na quadra atual, início do século XXI, a estrutura do poder no Reino Unido funda-se em três grandes instituições: o Parlamento, a Coroa e o Governo. A supremacia do Parlamento é o princípio constitucional maior, e não a supremacia da constituição, como ocorre nos países que admitem o controle de constitucionalidade dos atos legitimados.

Desta forma, as leis estabelecidas e aprovadas pelo Parlamento não podem ser revogadas ou invalidadas por outro órgão, nem pela Coroa, tampouco pelo governo do primeiro ministro. Uma vez que, as funções estabelecidas e desempenhadas pelo chefe de governo, pelo gabinete e pela Coroa, por exemplo, são fruto de convenções.

Já as leis constitucionais são prerrogativa do parlamento em si, e possuem natureza constitucional não em razão da forma de votação para suas respectivas aprovações, mas sim por conta do seu conteúdo, por lidarem com matérias que dizem respeito ao poder político e aos direitos fundamentais. Ou seja, não há uma lei superior ao Parlamento e, consequentemente, não existe o chamado controle de constitucionalidade.

5.1 Análise do nível de liberdade na Inglaterra

De acordo com o relatório mais recente do Liberdade no Mundo 2019, O Reino Unido (Reino Unido) - que inclui Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales como países constituintes – constitui uma democracia liberal estável que realiza eleições livres regularmente e é o lar de um setor de mídia livre e consolidada. Embora o governo imponha proteções robustas aos direitos políticos e às liberdades civis, nos últimos anos viram preocupações sobre o aumento da vigilância governamental dos residentes, bem como o aumento da islamofobia e do sentimento anti-imigrante.

Ao observar a pontuação total do relatório que analisa o cenário das liberdades no Reino Unido, o qual também é constituído pela Inglaterra, têm-se 94 (noventa e quatro) de um total de 100 (cem) pontos, sendo classificado como um país livre. Porém, constata-se ainda que não se faz livre em sua total plenitude, observa-se mais detalhadamente que quanto aos direitos políticos têm-se 39 (trinta e nove) pontos de um total de 40 (quarenta), ou seja, de acordo com a metodologia de avaliação, um dos dez indicadores utilizados como base para a pesquisa não obtiveram a pontuação máxima. Da mesma forma, cinco dos quinze indicadores utilizados para avaliar as liberdades civis não obtiveram pontuação máxima, adquirindo 55 (cinquenta e cinco) de um total de 60 (sessenta) pontos. A saber:

Direitos Políticos / Indicadores	**Justificativa e Pontuação**
O chefe de governo eleito livremente e os representantes legislativos nacionais determinam as políticas do governo?	O primeiro-ministro Johnson tentou controversamente "prorrogar" ou suspender o Parlamento em setembro de 2019, para diminuir a possibilidade de parlamentares da oposição interferirem em sua política durante o episódio do Brexit antes das negociações com a UE em outubro. **3 / 4**
Liberdades Civis / Indicadores	**Justificativa e Pontuação**
Existe liberdade acadêmica e o sistema educacional está livre de doutrinação política extensa?	A liberdade acadêmica é geralmente respeitada. No entanto, a Lei de Contraterrorismo e Segurança de 2015 exige que escolas e universidades ajudem a desviar os estudantes do recrutamento para grupos terroristas, como parte da estratégia Prevent de longa data do governo para combater os esforços de recrutamento de terroristas e extremistas. **3 / 4**
Os indivíduos são livres para expressar suas opiniões pessoais sobre assuntos políticos ou outros assuntos delicados, sem medo de vigilância ou retribuição?	As preocupações com os efeitos da vigilância em massa nas discussões privadas gratuitas e abertas persistiram em 2019. **3 / 4**
Existe proteção contra o uso ilegítimo de força física e liberdade contra guerras e insurgências?	Embora as prisões geralmente obedeçam às diretrizes internacionais, os problemas de superlotação, violência, automutilação e drogas nas prisões pioraram nos anos 2010 e foram observados pelo inspetor-chefe das prisões da Inglaterra e do País de Gales em seu relatório anual de 2018-19. **3 / 4**
As leis, políticas e práticas garantem tratamento igual para vários segmentos da população?	Os residentes estrangeiros no Reino Unido foram sujeitos a um escrutínio crescente ao longo dos anos 2010, como resultado da política de "ambiente hostil" do governo. Essa política foi criada com o objetivo declarado de convencer os imigrantes ilegais a deixar o Reino Unido por sua própria vontade ou optar por não imigrar, fortalecendo as verificações de imigração para indivíduos que procuram serviços públicos e privados. **3 / 4**
Os indivíduos desfrutam de igualdade de oportunidades e liberdade da exploração econômica?	Um relatório de 2016 de uma comissão do governo expressou preocupação com o isolamento social e econômico de muitos membros de minorias étnicas e religiosas e dos pobres. Segundo o Escritório de Estatísticas Nacionais, a desigualdade de renda permaneceu estável em 32,5%, uma tendência que foi parcialmente o resultado de um corte nos benefícios do governo. **3 / 4**

As instituições de poder e governo do Reino Unido se mostram bastante consolidadas, assim como as garantias de liberdades civis e direitos políticos, porém, em suas pontuações, algumas não se encontram completas pelo fato de haver suspeitas de interferência no Parlamento, principalmente em setembro de 2019 quando o primeiro ministro tenta contornar a possibilidade de oposição do Parlamento durante o episódio do Brexit antes das negociações com a União Europeia no mês subsequente. No mais, percebe-se que a preocupação com os membros de minorias étnicas, religiosas e estrangeiras também contribuem para a diminuição de pontuação em alguns quesitos.

6 O Estado liberal francês

No contexto da guerra dos cem anos, travada pela França e Inglaterra entre os anos de 1337 a 1453, o século presente ficou marcado pela Reforma Protestante idealizada por Lutero e Calvino, provocando inúmeros conflitos com a classe católica. Com a posse do Trono francês sob Henrique VI, inicia-se uma fase de tolerância religiosa, amenizando os conflitos e sobretudo promoveu a consolidação de um Estado Nacional Absolutista, fortalecido no reinado de Luís XIII e Luís XV, estes por sua vez advindo da chamada época das luzes.

A Revolução Francesa desempenhou um papel muito importante no que diz respeito ao tema central abordado neste trabalho, foi caracterizada como a revolução que deu novo sentido à própria denominação, também considerada aquela que, com o seu caráter universal, repercutiu no mundo e mudou a face do Estado, que a partir daí, na França, sai do absolutismo e passa a ser liberal. Eidelwein e Silveira (2018) descrevem que:

> A Revolução Francesa derrubou o Antigo Regime, o qual era baseado numa sociedade desigual. Presentes nesse cenário estavam o despotismo e a arbitrariedade do Rei, juntamente com o desprezo da Rainha em relação à fome e às necessidades do povo. Como resultado evidente do movimento constata-se a substituição do sistema de governo existente, ou seja, de monarquia absolutista a monarquia Constitucional. E posteriormente, com a execução do Rei e da Rainha, a implantação da República.

Porém, vale enfatizar que a condição de estado liberal de direito perdura na França somente até a promulgação da quarta constituição, onde, a partir da mesma, passa a ser constituído um estado social de direito no país. REALE, Miguel (2000) acrescenta que;

> A revolução de 1789 é, por outras palavras, um sinal de que a integração nacional, uma vez realizada, pode dispensar as escoras do poder pessoal do rei, alavanca propulsora do processo de unificação do estado. Só então o poder se despersonaliza: passa a ser da nação, antes de ser concebido juridicamente como poder do estado.

Dando continuidade a esta Revolução, sob o famoso lema: liberdade, igualdade e fraternidade, foram promovidas grandes reformas anti-aristocratas, que incluíram até mesmo a abolição do feudalismo, promulgação da Declaração dos Direitos Humanos e dos Cidadãos e a elaboração de uma nova Constituição. REALE, Miguel (2000) acrescenta ainda que;

> A revolução francesa exerce uma função niveladora, e o princípio da igualdade de todos perante a lei traduz-se, violentamente, na unificação do sistema do direito positivo e no primado interno do direito estatal.

O que promoveu a criação de uma monarquia constitucional parlamentar, onde o rei perde o poder, que é realocado para o parlamento, e passa a ser apenas um símbolo da nação.

Após todos estes fatos, inúmeros outros ocorridos irão levar ao que temos atualmente na França, que a partir da constituição de 1958, firmou o estabelecimento da separação dos poderes entre o Presidente da República como chefe de Estado, eleito pelo voto direto do povo, o Primeiro-Ministro como chefe do Governo e da Administração, em seguida temos a Assembleia da Nação, composto por representantes do povo e o próprio Parlamento, que por sua vez possui a prerrogativa para criar políticas públicas, projetos de leis e fazer com que estas sejam cumpridas.

6.1 Análise do nível de liberdade na França

De acordo com o relatório mais recente do Liberdade no Mundo 2019, o sistema político francês apresenta processos democráticos autênticos e reconhecíveis como vibrantes justamente por promover proteções geralmente fortes para as chamadas liberdades civis e direitos políticos. No entanto, vale ressaltar que devido a uma série de ataques terroristas que acabaram provocando vítimas fatais nos últimos anos, sucessivos governos estão dispostos a reduzir as proteções constitucionais e capacitar a aplicação da lei para agir de maneiras que colidam com as liberdades pessoais. Além disso, sentimentos anti-muçulmanos e anti-imigrantes continuam a ser abundantes e persistentes entre a população francesa.

Ao observar a pontuação total do relatório que analisa o cenário das liberdades na França, têm-se 90 (noventa) de um total de 100 (cem) pontos, sendo classificado como um país livre. Porém, constata-se ainda que a França não se faz livre em sua total plenitude, observa-se mais detalhadamente que quanto aos direitos políticos têm-se 38 (trinta e oito) pontos de um total de 40 (quarenta), ou seja, de acordo com a metodologia de avaliação, dois dos dez indicadores utilizados como base para a pesquisa não obtiveram a pontuação máxima. Da mesma forma, oito dos quinze indicadores utilizados para avaliar as liberdades civis não obtiveram pontuação máxima, adquirindo 52 (cinquenta e dois) de um total de 60 (sessenta) pontos. A saber:

Direitos Políticos / Indicadores	Justificativa e Pontuação
Vários segmentos da população (incluindo etnia, religião, gênero, LGBT e outros grupos relevantes) têm plenos direitos políticos e oportunidades eleitorais?	O surgimento de partidos de extrema-direita e a integração de ideias nacionalistas fizeram com que certas minorias se sentissem excluídas da esfera política, principalmente as comunidades muçulmanas. **3 / 4**
As salvaguardas contra a corrupção oficial são fortes e eficazes?	As acusações de corrupção foram apresentadas contra vários funcionários de alto nível do governo nos últimos anos. Em março de 2018, os magistrados ordenaram que o ex-presidente Nicolas Sarkozy fosse julgado por acusações de corrupção e tráfico de influência. 3 / 4
Liberdades Civis / Indicadores	**Justificativa e Pontuação**
Os indivíduos são livres para praticar e expressar sua fé religiosa ou descrença em público e privado?	Desde 2015, o relacionamento já prejudicado da França com suas comunidades muçulmanas têm crescido cada vez mais devido a ataques terroristas, alguns dos quais o grupo militante do Estado Islâmico (IS) assumiu a responsabilidade. A retórica islamofobia de políticos proeminentes e figuras públicas da esquerda e da direita não é incomum. **3 / 4**
Os indivíduos são livres para expressar suas opiniões pessoais sobre assuntos políticos ou outros assuntos delicados, sem medo de vigilância ou retribuição?	Em 2015, o Parlamento aprovou uma lei que concede ao governo poderes ampliados para conduzir a vigilância doméstica, incluindo a coleta em massa de dados de comunicações, além de maior autoridade para usar câmeras e microfones ocultos. **3 / 4**
Existe liberdade de reunião?	A liberdade de reunião é normalmente respeitada. No entanto, as organizações de direitos humanos expressaram preocupação de que uma lei antiterrorismo aprovada em 2017 limite o direito de demonstrar. **3 / 4**
O devido processo prevalece em questões civis e criminais?	A legislação antiterrorismo aprovada em 2017, que substituiu um estado de emergência desde os ataques terroristas de 2015 em Paris, consagrou medidas controversas de controle administrativo. **3 / 4**
Existe proteção contra o uso ilegítimo de força física e liberdade contra guerras e insurgências?	A polícia recebeu críticas pelo uso excessivo de força durante os protestos por coletes amarelos, nos quais muitos manifestantes foram feridos por balas de borracha e granadas. **3 / 4**
As leis, políticas e práticas garantem tratamento igual para vários segmentos da população?	Os crescentes fluxos de imigração e refugiados dos países de maioria muçulmana exacerbaram o sentimento anti-muçulmano, e relatos de vandalismo em mesquitas, ataques verbais e pichações xenófobas continuam. **3 / 4**
As pessoas desfrutam de liberdades sociais pessoais, incluindo a escolha do parceiro e tamanho da família, proteção contra a violência doméstica e controle sobre a aparência?	Sim, porém várias leis contra roupas religiosas obrigaram algumas mulheres a se vestirem contra sua vontade. **3 / 4**
Os indivíduos desfrutam de igualdade de oportunidades e liberdade da exploração econômica?	A discriminação no emprego contra mulheres, muçulmanos franceses, imigrantes de ascendência norte-africana e outros fora da elite tradicional dificulta a igualdade de oportunidades. **3 / 4**

Dentro dos aspectos franceses estudados pelo relatório utilizado como base nesta discussão, destaca-se as questões administrativas envoltas em casos suspeitos de corrupção, contendo nomes importantes do governo atual, além ataques às minorias residentes no país tais quais as comunidades muçulmanas que vem sofrendo ataques terroristas com considerada frequência.

7 O Estado liberal americano

Já nos Estados Unidos da América, ainda no início do século XVII, quando começa a ser colonizada pelos ingleses, estes obedeciam majoritariamente a Coroa, o que novamente incentiva conflitos, pelo fato de que o maior poder é detido pelo Parlamento, sendo deste contexto a influência do que existe hoje nos EUA.

Após o seu processo de desligamento com a Inglaterra e ter garantido a independência, tornou-se um tipo de Estado Liberal que possui uma separação moderna dos poderes institucionais, como o poder legislativo, constituído por uma Câmara e Senado Federal, incluindo um Presidente chefe de governo, onde em síntese, as competências legislativas da união são limitadas, mas que também possui um Parlamento soberano no que diz respeito às leis constitucionais, que por sua vez não conta com uma constituição formal de direitos humanos, além daquelas dez primeira emendas – conhecidas como Bill of Rights – que eram consagradas como direitos fundamentais já existentes em constituições de outros Estados incluindo algumas destas que estavam previstas nas cartas de direitos das colônias norte americanas, que incluíam as liberdades de expressão, religião e direitos cabíveis ao devido processo legal e a um julgamento justo.

7.1 Análise do nível de liberdade no Estados Unidos da América

De acordo com o relatório mais recente do Liberdade no Mundo 2019, os Estados Unidos constitui uma república federal cujo povo todavia se beneficia de um sistema político consolidado, de uma forte tradição de Estado de Direito, de fortes liberdades de expressão e crença religiosa e ainda de uma ampla variedade de outras liberdades civis. Porém, nos últimos anos, suas instituições democráticas sofreram grande erosão, como refletido na manipulação partidária do processo eleitoral, preconceito e disfunção no sistema de justiça criminal,

observando-se ainda falhas na criação de novas políticas para requerentes de imigração e asilo, e crescentes disparidades de riqueza, oportunidade econômica e influência política.

Um exemplo cabível a esta discussão, e que comprova o citado anteriormente é o fato de que a administração do presidente Donald Trump continuou a introduzir novas políticas restritivas para limitar a imigração e reduzir o número de refugiados e requerentes de asilo que chegam ao solo dos Estados Unidos da América, provocando desafios aos tribunais e fortes reações do Congresso. Em março e outubro de 2019, o presidente vetou resoluções do Congresso que procuravam anular sua declaração de emergência nacional de fevereiro, cujo o mesmo utiliza como justificativa para destinar fundos apropriados para avançar na construção de um muro ao longo da fronteira com o México.

Ao observar a pontuação total do relatório que analisa o cenário das liberdades nos Estados Unidos da América, têm-se 86 (oitenta e seis) de um total de 100 (cem) pontos, sendo classificado como um país livre. Porém, constata-se ainda que os EUA não se faz livre em sua total plenitude, observa-se mais detalhadamente que quanto aos direitos políticos têm-se 33 (trinta e três) pontos de um total de 40 (quarenta), ou seja, de acordo com a metodologia de avaliação, sete dos dez indicadores utilizados como base para a pesquisa não obtiveram a pontuação máxima. Da mesma forma, seis dos quinze indicadores utilizados para avaliar as liberdades civis não obtiveram pontuação máxima, adquirindo 53 (cinquenta e três) de um total de 60 (sessenta) pontos. A saber:

Direitos Políticos / Indicadores	**Justificativa e Pontuação**
O atual chefe de governo ou outra autoridade nacional principal foi eleito através de eleições livres e justas?	A comunidade de inteligência dos EUA concluiu que a liderança russa realizou uma ampla campanha para minar a fé pública no processo democrático, denegrir Clinton e ajudar Trump. **3 / 4**
As leis e o quadro eleitorais são justos e são implementados de forma imparcial pelos órgãos relevantes de gestão eleitoral?	Em junho de 2019, o Supremo Tribunal decidiu que o judiciário federal não tem autoridade para impedir os políticos de desenhar distritos para preservar ou expandir o poder de seu partido. **3 / 4**
As escolhas políticas do povo estão livres de dominação por forças externas à esfera política ou por forças políticas que empregam meios extra políticos?	Embora tenha havido várias tentativas de restringir o papel do dinheiro nas campanhas políticas, a maioria foi frustrada ou diluída como resultado de oposição política, promovida por grupos de interesse e decisões judiciais que protegem doações políticas como forma de liberdade de expressão. **3 / 4**
Vários segmentos da população (incluindo etnia, religião, gênero, LGBT e outros grupos relevantes) têm plenos direitos políticos e oportunidades eleitorais?	A privação persiste entre as comunidades das minorias étnicas e raciais, que são afetadas desproporcionalmente por leis e políticas que criam obstáculos ao voto. **3 / 4**
O chefe de governo eleito livremente e os representantes legislativos nacionais determinam as políticas do governo?	O governo se recusou, em um desvio da prática passada, a cumprir uma série de requisitos de relatórios do Congresso, solicitações de informações e intimações sobre vários assuntos de supervisão, culminando no inquérito de impeachment da Câmara sobre a pressão de Trump para com o governo ucraniano. **3 / 4**
As salvaguardas contra a corrupção oficial são fortes e eficazes?	Os vigias anticorrupção criticaram o presidente Trump por transferir a administração de seu império imobiliário para seus filhos, em vez de alienar a propriedade ou estabelecer uma barreira estrutural mais forte entre ele e seus negócios. **3 / 4**
O governo opera com abertura e transparência?	Desde que assumiu o cargo, o Presidente Trump e os membros de seu governo costumam fazer declarações enganosas ou falsas, e geralmente falham em corrigir o registro quando essas declarações são contestadas pela imprensa e outros. **3 / 4**
Liberdades Civis / Indicadores	**Justificativa e Pontuação**
Existe liberdade para sindicatos e organizações profissionais ou trabalhistas similares?	A organização sindical é dificultada pela resistência dos empregadores privados. Entre outras táticas, muitos empregadores classificam os trabalhadores como contratados ou usam regras relativas aos franqueados para impedir a organização. **3 / 4**
Existe um judiciário independente?	As nomeações judiciais nos últimos anos aumentaram as preocupações existentes sobre distorção partidária do processo de nomeação e confirmação. **3 / 4**
O devido processo prevalece em questões civis e criminais?	O sistema de justiça criminal sofre de uma série de fraquezas crônicas, muitas das quais estão ligadas à discriminação racial e contribuem para disparidades nos resultados que prejudicam os negros e os hispânicos. **3 / 4**
Existe proteção contra o uso ilegítimo de força física e liberdade contra guerras e insurgências?	O aumento do foco político na reforma do sistema de justiça criminal nos últimos anos coincidiu com uma série de incidentes amplamente divulgados nos quais as ações policiais levaram à morte de civis. **3 / 4**
As leis, políticas e práticas garantem tratamento igual para vários segmentos da população?	As mulheres e alguns grupos minoritários continuam sofrendo disparidades em vários indicadores, e várias políticas governamentais recentes violaram os direitos fundamentais dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes. **2 / 4**
Os indivíduos desfrutam de igualdade de oportunidades e liberdade da exploração econômica?	Um aspecto-chave da desigualdade é o crescente hiato de renda e riqueza entre americanos com diploma universitário e aqueles com ensino médio ou menos; o número de empregos bem remunerados para os menos instruídos diminuiu com o tempo, à medida que a fabricação e outras posições são perdidas pela automação e pela concorrência estrangeira. **3 / 4**

Percebe-se que o movimento decadente nas pontuações referentes aos Estados Unidos são ocasionadas, em sua grande maioria, por causas dirigidas a presidência ou partidas do próprio presidente legislativo 2016-2020. As diversas polêmicas apresentadas acima como justificativa para as respectivas pontuações, tais como a interferência russa nas eleições de 2016, fortalecimento de partidos políticos dado aos novos desenhos de distritos eleitorais, privações de direitos às minorias públicas, suspeitas de práticas corruptas por parte do próprio presidente Trump, sistema judicial considerado fraco, propagação de declaração equivocadas e falsas partidas do presidente e componentes do governo, são, todos estes aspectos, causadores de desconfiança e desconforto institucional quando nos referimos a maior potência mundial da atualidade.

8 Conclusão

Do mesmo modo que introduzimos o início desta discussão aqui abordada, temos de fato que, com base em preceitos constitucionais relevantes, além de condições de Direitos Fundamentais, sabemos que todos os direitos humanos devem ser mantidos e assegurados em qualquer território. Desta forma, enfatizamos que as análises e imposições teóricas aqui condicionadas se fazem relevantes para entendermos que as condições deliberadas quanto aos Direitos Políticos e Liberdades Civis contribuem para o bem-estar e equilíbrio social os quais também são condicionados pelas ações das instituições de poder atuantes nas Nações aqui analisadas.

Temos ainda que, no decorrer da história das civilizações, em vários períodos, diversas classes foram menosprezadas, e o detrimento dessas classes em muitas ocasiões sustentaram a soberania das outras, a saber os povos negros, indígenas e mais atualmente a população LGBTQI+, deficientes e demais povos injustiçados por sua religião. Sabemos que muitos são o problemas relacionados à Direitos Humanos, Liberdades Públicos e Direitos Políticos que perduram em plena modernidade, porém, sabemos também que o Estado Liberal de Direito traz na sua essência a ideia de garantia dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos atuantes na sociedade. Portanto, cabe aos governos prezar por essas garantias sociais, e cabe a sociedade batalhar por seus anseios e Direitos Fundamentais.

Desta forma, podemos concluir que, ao enaltecer o Estado Liberal de Direito vinculado às Nações e governos aqui estudados, percebemos que nem sempre os órgãos governamentais assumem o compromisso de cumprir com as garantias de liberdades ao passo que os órgãos legais e constituinte se comprometem a guardar e promover as leis liberais de cunho civil e político.

Referências

BARROSO, L; R. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo____7º ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

EIDELWEIN, T.; SILVEIRA, G. E. **Aux armes citoyens!**: revolução francesa, iluminismo e direitos humanos. Porto Alegre: CirKula, 2018.

MOTTA, Artur Francisco Mori Rodrigues. **A dignidade da pessoa humana e sua definição**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 119, dez. 2013.

REALE, Miguel. **Teoria do direito e do estado**. 5º ed. Saraiva. São Paulo, 2000.

STRECK, L. L; MORAIS, J. L. B. de. Estado de direito. In:___. **Ciência política e teoria geral do estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

FREEDOM HOUSE. **Freedom In The World – Relatório das Liberdades no Mundo**. 2019. Disponível em: <https://freedomhouse.org/countries/freedom-world/scores> Acesso em Março de 2020.